

# Etarismo e machismo: desafios da mulher negra brasileira

» SILVIA CERQUEIRA  
Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)



O etarismo negro é mais uma face de violência social que, conjugado com o sexismo e o racismo latentes, transvestidos de ancestralidade contemplativa, visa condenar a mulher negra idosa a um não lugar. Indo aos conceitos, etarismo significa o preconceito em razão da idade, e se desenvolve de maneira transversal, portanto na perspectiva de gênero, raça e classe social. Essas discriminações estabelecem — de maneira perversa — quem fica no público e no privado e quem é visto ou identificado como mais ou menos capaz e inteligente. No caso brasileiro, o exercício dos papéis sociais é influenciado pela origem escravista diverso da condição biológica a que todos estamos afeiτος, e que não justificam, tampouco explicam as discriminações. Ou seja, o que precisa ser enfrentado são as construções, a partir de aprendizados nefastos e inverídicos, que distorcem o alcance dos reais atributos dos seres humanos. Mencionemos a clássica afirmação de Simone de Beauvoir, a respeito de que ninguém nasce homem ou mulher, mas, se torna socialmente. Creio que podemos cunhar uma metáfora semelhante para a percepção etária. A *Revista Brasileira de Enfermagem*, no estudo *Papéis Sociais de Gênero na Velhice: O Olhar de Si e do Outro*, por meio do entendimento de Labourie Locoh, avaliou que o conceito de gênero tem a ver com as diferenças biológicas de sexo acompanhadas das diferenças de status, de papéis, de responsabilidades e do lugar dos homens e das mulheres em todos os setores e níveis da sociedade. Desse modo, observando o significado da variante de gênero, neste século, ser mulher coloca a pessoa em posição de subalternidade que, agregado à cor da pele confere a marca de inferioridade, deixando-a muito mais vulnerável. Nesse contexto, a mulher negra e idosa — caso houvesse a possibilidade de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acrescentar uma categoria específica — se situaria abaixo da pirâmide social, considerando esse recorte, como por exemplo no que diz respeito ao mercado de trabalho. Os resquícios do processo de escravização, infelizmente, permanecem impondo efeitos danosos. O histórico demonstra que, por meio da aquisição das cartas de alforrias, a exemplo da, hoje, reconhecida primeira advogada do Brasil Esperança Garcia, algumas libertas almejavam construir laços familiares e escolher parceiros para compartilhar a vida.

Como narram Cavalcante e Sampaio, citados por Mary Del Priore, no day after, entregues as próprias sortes e destinos, essas mulheres ingressaram no trabalho informal, na condição de quituteiras, ganhadeira, vendedoras, lavadeiras, no trabalho doméstico como antigas amas, posteriormente mães de leite, atuais bãs ou babás. Hoje, o trabalho doméstico vem sendo sublimado por meio das leis trabalhistas, conferindo direitos, cujas violações não param de acontecer, carecendo sempre de atenções voltadas para a fiscalização diuturna e exigência do cumprimento da lei, com vistas a garantir a aplicação dos fundamentos insculpidos na Constituição Federal de 1988. Essa situação de exclusão se repete quanto ao nível de escolaridade. Tais discriminações impactam nos bancos escolares, cujo déficit para os idosos estabelece um apartamento abissal, contribuindo para a construção do racismo geracional. Com o tempo foi se estruturando um “não lugar” para as negras e idosas, resultando numa situação de vulnerabilidade extrema, em razão do gênero, da idade, da cor da pele e da classe social que coincidem com a redução da sua capacidade

laborativa e intelectual, como consequência da condição de vida diferenciada, imposta pelas desigualdades vivenciadas que a sociedade relegou. O preconceito de gênero e raça determina os papéis das pessoas na sociedade de forma a atribuir os papéis de homens e mulheres, negros e brancos, jovens e idosos, ricos e pobres, de forma a naturalizar essa condição, conferindo às mulheres um distanciamento e invisibilidade quase que intransponíveis. Quanto às mulheres negras e idosas, convém tomar a expressão utilizada por Bourdier de violência simbólica, suave, invisível e insensível, cujo reconhecimento ancestral se encarga de limitar o seu lugar. A virada de chave vem com a evolução do pensamento, das leis e a crescente luta pela transformação do sistema de justiça para que haja segurança dos direitos que nos garantem minimamente as regras básicas de cidadania e deveres fundamentais e, nesse sentido, são as leis que podem ofertar ao povo mecanismos para efetivar direito. E mais importante que tudo: o povo e as leis não devem retroceder.

## Reforma pode favorecer acesso à saúde e produtividade

» BRUNO SOBRAL  
Diretor executivo da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)

A Câmara dos Deputados, ao votar o texto da reforma tributária, teve a sensibilidade política de reconhecer o caráter constitucional, estratégico e social do setor de serviços e insumos de saúde. É importante destacar que a decisão de não onerar a saúde está em linha com o que é observado na maioria dos países, que implementaram impostos de valor agregado semelhantes ao proposto para o Brasil. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), com dados da Ernest Young, revelou que, entre 118 países analisados, 75,8% não taxam o setor de serviços de saúde e outros 5,8% adotam tributação reduzida. A proposta, agora sob análise do Senado Federal, ao estabelecer uma redução de 60% sobre uma prometida alíquota padrão de 25%, trará neutralidade de custos para os consumidores de serviços de saúde com benefícios para a economia como um todo. Em primeiro lugar, destaque-se a importância da saúde privada para as empresas contratantes de planos de saúde, e, como consequência para todos os setores produtivos: indústria, comércio, serviços, agropecuária entre tantos outros. Incluído no pacote de benefícios oferecidos aos empregados, o acesso a serviços de saúde contribui para atrair e reter talentos em todos esses setores. Mais acesso à saúde reduz o absenteísmo e favorece a produtividade pelo simples fato de que pessoas saudáveis (com

familiares igualmente assistidos) trabalham mais e melhor. Estudo da “NHS Confederation”, representante de prestadores do sistema de saúde público do Reino Unido, mostrou que a cada 1 Libra investida no NHS, 4 Libras retornam para economia na forma de produtividade e em aumento da participação no mercado de trabalho. Além dessa contribuição que se difunde por toda a economia, há que considerar os efeitos de uma política tributária favorável sobre o setor de saúde em si. Atualmente, a saúde privada responde por cerca de 5% do Produto Interno Bruto. Ela emprega um contingente de mais de três milhões de trabalhadores e mantém uma malha de 250 mil estabelecimentos (hospitais, laboratórios, clínicas e outros). São números que têm potencial para crescer 2% para cada milhão de beneficiários incorporados à saúde suplementar. Além disso, a simplificação trazida pela reforma reduzirá custos administrativos e o gasto improdutivo de tempo e energia com burocracia. No setor hospitalar, por exemplo, isso representará um alívio principalmente para os pequenos e médios estabelecimentos, que representam 73% do total, e para os quais a redução dos custos burocráticos pode significar a sustentabilidade ou a própria sobrevivência do negócio. Esse conjunto de impactos positivos esperados pelo setor privado de saúde favorece, também, o sistema público — SUS. Primeiro, porque a expansão dos planos ajuda

a reduzir a pressão sobre a demanda no setor público, deixando mais recursos para os que mais precisam dessa proteção social. Segundo, porque os hospitais e laboratórios privados são, também, importantes prestadores de serviço do SUS, principalmente em serviços de diálise, oncologia, transplantes, diagnósticos entre outros. O que se espera, portanto, do Senado Federal é que, entendendo o caráter social, estratégico e constitucional do setor de saúde, preserve o desconto sobre a alíquota padrão definida pela Câmara dos Deputados. Além disso, é importante que os parlamentares, que cuidarão da regulamentação da Reforma garantam, na Lei Complementar que virá, a neutralidade tributária também para o setor de planos de saúde em si. Mesmo porque, não adiantaria nada desonerar todo o setor de insumos e serviços de saúde para voltar a onerá-lo ao final da cadeia, afetando o consumidor. O que se espera, por fim, é que a reforma traga desenvolvimento econômico para todo o país. Reduzir burocracia e simplificar a vida do empresário são objetivos que esperamos ser alcançados no médio e no longo prazo. Nesse cenário, manter a neutralidade tributária para o setor saúde é parte importante do arcabouço geral da reforma e reforça o seu caráter desenvolvimentista a partir dos desejáveis aumentos de produtividade, advindos de um maior acesso à saúde para todos.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960  
Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Alerta da OCDE

Não é de hoje que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem os olhos postos em cima do Brasil, sobretudo após a deflagração da Operação Lava-Jato em março de 2014. De lá para cá, a organização passou a monitorar, passo a passo, o que acontece em nosso país, uma vez que havia, por parte do Estado brasileiro, um interesse antigo em ingressar como membro efetivo nessa instituição multilateral. De fato, o Brasil e alguns outros países são, até hoje, considerados como uma espécie de parceiros-chave ou “key partners”. A adesão como membro pleno, traria, segundo as esquerdas, prejuízos à economia brasileira, obrigando mudanças constitucionais do tipo liberalizantes, além de outras alterações características a países de economia aberta. É de conhecimento público que nenhuma liderança do atual governo deseja continuar com o processo de adesão à organização, uma vez que isso iria contra a política estatizante pregada por esses partidos. De toda a forma a OCDE, passou a acompanhar o que acontecia no Brasil, durante a Operação Lava-Jato, pois tinha conhecimento de que num mundo globalizado, ações de corrupção de grande monta, como foram as reveladas pela Operação Lava-Jato, possuíam e requeriam ramificações perigosas fora do país, sendo que essas atividades, por seu poder de capilaridade, acabariam prejudicando outras nações, além do próprio Brasil. Depois da Operação Lava-Jato, o interesse da OCDE em monitorar o combate à corrupção em outros países se intensificou a ponto de a organização criar e fortalecer um grupo específico para acompanhar as operações da polícia contra a corrupção. Até 2022, esse grupo mantinha monitoramento ativo dentro do Brasil. A partir de 2023, com o retorno do governo de esquerda, esse monitoramento esfriou, principalmente porque foi durante essa administração que os cidadãos e o mundo puderam assistir as revelações do maior caso de corrupção, jamais visto em qualquer outra parte do planeta. Por sua enormidade esse escândalo ocupou, por longo tempo, as principais manchetes no noticiário aqui e no exterior. E, justamente, por sua magnitude e pelos fatos que aconteceram a posteriori, com o desmantelamento de toda a Operação Lava-Jato, com o “descondenamento” de suas principais lideranças a OCDE achou por bem continuar a distância acompanhando esse caso e suas histórias mal contadas. Chega a notícia de que a OCDE, por meio de um relatório, recém divulgado, afirma, com todas as letras, que o Brasil vem perdendo sua capacidade de julgar os casos de corrupção e de suborno internacional. As críticas da entidade são direcionadas a recente decisão do ministro do Supremo, Dias Toffoli, no caso que ele, monocraticamente, decidiu anular provas do acordo de leniência que vinha sendo mantido com a Odebrecht, uma vez que a anulação dessas provas irá “gerar preocupação internacional significativa”.

No caso dos subornos transnacionais, a OCDE destaca que o Brasil, das 60 alegações de suborno, o país cuidou de investigar apenas 28. Para a OCDE soa estranho que o Brasil não condenou de forma definitiva nenhum dos acusados pela Operação Lava-Jato e congêneres, sendo que oito foram simplesmente absolvidas por prescrição de prazos e outras manobras jurídicas. Na avaliação da OCDE a decisão do ministro Toffoli, põe em risco a segurança jurídica internacional, o que não é pouca coisa. A OCDE diz ainda que as leis brasileiras não são eficientes no combate a corrupção e na condenação de pessoas influentes. Num documento de 117 páginas, a OCDE enxerga diversas barreiras à contenção da corrupção no país e fora de suas fronteiras. As repercussões negativas da decisão do ministro do Supremo prosseguem e outros relatórios internacionais de grande respeitabilidade que virão à tona brevemente, como o Uncac (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção) e o Gafi (grupo de Ação Financeira Internacional, ligado ao G-7. Na avaliação da Transparência Internacional, as investigações levadas à cabo pela Operação Lava-Jato revelaram o maior caso de suborno e pagamento de propina da história, o que é confirmado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Por causa da Operação Lava-Jato, autoridades de combate à corrupção e a assuntos ligados ao pagamento de subornos acreditam que muitas empresas brasileiras envolvidas nesses casos nebulosos, promoveram operações gigantescas de exportação de corrupção, sobretudo a Odebrecht, hoje chamada de Novonor, para esconder o passado de crimes contra a economia do Brasil e de muitos países onde operou.

### » A frase que foi pronunciada

“O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente.”

John Acton

### Insensatez

» “Essa prática de repetir o absurdo para tentar chegar ao convencimento acabou de cruzar a linha da insensatez”, disse Leana Wen, da Planned Parenthood. “Nossa missão central é oferecer, proteger e expandir o acesso ao aborto e à saúde reprodutiva. Nós nunca recuaremos nessa batalha”, tuitou Wen. “É um direito humano fundamental e a vida das mulheres está em jogo”. Isso quer dizer que só vão abortar fetos masculinos?

### Só mais uma

» Lucro — Segundo o e-book Aborto: a Planned Parenthood, responsável por 40% dos abortos realizados nos Estados Unidos, tinha, em 2016, 719 unidades operando. Dos 579.000 abortos realizados, a empresa obteve uma receita de US\$ 1.237.300.000.

### Zíper

» Figurões de Hollywood, ONGs alemãs, Norueguesas optaram pelo silêncio enquanto a Amazonia arde.

### » História de Brasília

Com esta medida, a Justiça recebe o apoio de toda a cidade, e, particularmente, do comércio de Brasília. A valorização do uso de cheque tem que ser defendida, e a sua moralização é necessária. (Publicada em 24/3/1962)